

Sumário

NOTA PRÉVIA	11
PREFÁCIO	15
APRESENTAÇÃO.....	19
TEXTO INTRODUTÓRIO.....	21
INTRODUÇÃO	31
Escopo da investigação	31
Bibliografia	35
Metodologia	38
Acerca da tradução de “ <i>Bundestreue</i> ”	42
Plano da obra.....	45
1. A LEALDADE FEDERATIVA NO DIREITO ALEMÃO	47
1.1. Exposição geral	47
1.1.1. Conceito e contornos essenciais	47
1.1.2. Fundamentação jurídico-constitucional	50
1.1.3. Sujeitos de direito vinculados	54
1.1.4. Produção de efeitos perante terceiros	59
1.1.5. Função interpretativa	62

1.1.6. Independência de culpa	63
1.1.7. Exclusão da objeção “ <i>tu quoque</i> ”	64
1.1.8. Responsabilidade civil	64
1.1.9. Orientação global ambivalente	65
1.1.10. Autocomposição de conflitos	65
1.1.11. Justiciabilidade	66
1.2. Desenvolvimento histórico	71
1.2.1. Período anterior à unificação alemã	71
1.2.2. Império Alemão	73
1.2.2.1. Aspectos gerais da Constituição de 1871	73
1.2.2.2. Nascimento da lealdade federativa no contexto do Estado federal monárquico	81
1.2.2.2.1. O impulso pioneiro de Rudolf Smend ...	86
1.2.2.2.2. Balanço crítico da concepção de Rudolf Smend	91
1.2.3. República de Weimar	93
1.2.3.1. Aspectos gerais da Constituição de 1919	93
1.2.3.2. Lealdade federativa na República de Weimar .	103
1.2.3.2.1. Caso Prússia contra Reich (<i>Preußenschlag</i>)	105
1.2.3.2.2. Caso do “afundamento” do Danúbio	110
1.2.4. Período nacional-socialista	112
1.2.5. República Federal da Alemanha	113
1.2.5.1. Aspectos gerais da Lei Fundamental de 1949 .	113
1.2.5.2. Lealdade federativa na Lei Fundamental	123
1.2.5.2.1. Lealdade federativa na jurisprudência do Tribunal Constitucional Federal	125

1.2.5.2.1.1. Decisão sobre as Consultas Populares no Estado de Hesse	125
1.2.5.2.1.2. Primeira Decisão sobre Radiodifusão .	130
1.2.5.2.1.3. Decisão sobre a Diretiva da Comunidade Europeia sobre Televisão	138
1.2.5.2.1.4. Casos em que não se reconheceu violação à lealdade federativa	145
1.2.5.2.1.5. Um caso recente. A inconstitucionalidade da proibição do manuseio de combustível nuclear no Porto de Bremen, de dezembro de 2021.....	148
1.2.5.2.2. Críticas ao princípio da lealdade federativa	149
1.3. Concretizações essenciais	155
1.3.1. Fundamentação de deveres	157
1.3.1.1. Deveres de ajuda e apoio	157
1.3.1.2. Deveres de informação e consulta	161
1.3.1.3. Deveres de coordenação e cooperação	163
1.3.1.4. Deveres procedimentais.....	167
1.3.1.5. Outros deveres de conduta	169
1.3.2. Limitação de direitos	170
1.3.2.1. Proibição ao exercício abusivo de direitos	171
1.3.2.2. Proibição de comportamento contraditório	173
1.3.3. Regras adicionais para o direito dos contratos estatais.	173
2. A FUNDAMENTAÇÃO DA LEALDADE FEDERATIVA NO DIREITO BRASILEIRO	175
2.1. Introdução.....	175
2.2. As propostas de fundamentação constitucional da lealdade federativa.....	180

2.2.1. Direito consuetudinário	180
2.2.2. Princípios derivados do Estado de Direito	183
2.2.3. A sinopse de aspectos individuais.....	186
2.2.3.1. Princípio federativo.....	188
2.2.3.2. Repartição constitucional de competências	190
2.2.3.3. Federalismo cooperativo.....	196
2.2.3.4. Constituição financeira e tributária	199
2.2.3.5. Princípio da solidariedade e a redução de desigualdades sociais e regionais.....	201
2.2.3.6. Intervenção federal	201
2.2.4. Princípio geral da boa-fé	205
2.2.5. O princípio federativo.....	218
2.2.5.1. A tradição federalista na Alemanha e no Brasil	225
2.2.5.2. A indissolubilidade do pacto federativo e a proibição de secessão	227
2.2.5.3. A incompletude da ordem constitucional de competências	228
2.2.5.4. A “destranscendentalização” da lealdade federativa	228
2.2.5.5. Princípio federativo, boa-fé objetiva e lealdade federativa — um caso de fundamentação concorrente?.....	231
2.3. Conclusões parciais.....	233
3. CRITÉRIOS DE APLICAÇÃO, CONCRETIZAÇÕES ESSENCIAIS E JUSTICIABILIDADE DA LEALDADE FEDERATIVA NO DIREITO BRASILEIRO	239
3.1. Critérios de aplicação da lealdade federativa	239
3.1.1. O dever geral de lealdade federativa e as suas concretizações.....	240

3.1.1.1. A relação jurídica federal fundamental e o dever geral de lealdade	240
3.1.1.2. As relações jurídicas federais especiais e as concretizações do dever geral de lealdade	243
3.1.2. Sujeitos de direito vinculados	244
3.1.3. Produção de efeitos perante terceiros	246
3.1.4. Acessoriedade.....	252
3.1.5. Limiar de relevância.....	254
3.1.6. Demais critérios de aplicação.....	257
3.1.6.1. Independência de culpa	257
3.1.6.2. Exclusão da objeção “ <i>tu quoque</i> ”	257
3.1.6.3. Responsabilidade civil do Estado	258
3.2. Concretizações	258
3.2.1. Instituições que participam do trabalho de concretização	259
3.2.1.1. Legislador constitucional	259
3.2.1.2. Entes federados.....	260
3.2.1.3. Literatura jurídica especializada.....	265
3.2.1.4. Jurisprudência	265
3.2.2. Âmbito de aplicação	280
3.2.2.1. Função legislativa.....	281
3.2.2.2. Função administrativa.....	284
3.2.2.3. Função jurisdicional	286
3.2.3. Tipologia de funções	291
3.2.4. Concretizações essenciais em espécie	293
3.2.4.1. Abertura ao desenvolvimento.....	293
3.2.4.2. Dimensão negativa.....	295
3.2.4.2.1. Proibição do abuso.....	295

3.2.4.2.2. Proibição do comportamento contraditório	297
3.2.4.3. Dimensão positiva	297
3.2.4.3.1. Deveres de ajuda e apoio	297
3.2.4.3.2. Deveres de informação e consulta	298
3.2.4.3.3. Deveres de coordenação e cooperação ..	298
3.2.4.3.4. Deveres procedimentais	300
3.2.4.3.5. Regras adicionais para instrumentos negociais interfederativos	301
3.3. Justiciabilidade	301
3.3.1. A lealdade federativa como norma de função e norma de decisão de conflitos	303
3.3.2. A lealdade federativa na decisão jurisdicional de conflitos	308
3.3.2.1. A subsidiariedade da lealdade federativa	309
3.3.2.2. O postulado da autocontenção judicial	311
Conclusão	315
Referências	321